ESCOLA: Municipal Maria Ana Ruso
PROFESSOR (A): Cléia Rodrigues
TURMA(S): 7º ano_____
ENSINO FUNDAMENTAL TURNO: Matutino
ALUNO(A): _____
COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA PERÍODO: 03/11/2020 A 13/11/2020
QUANTIDADE DE AULAS: 04 (04 horas)
OBJETOS DE CONHECIMENTO: A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação. Resistências indígenas, invasões e expansão na América portuguesa. As lógicas mercantis e o domínio europeu sobre os mares e o contraponto Orienta
HABILIDADES: (MS-EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as
populações ameríndias e identificar as formas de resistência. (MS-EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial. (MS-EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos. (MS-EF07HI13) Caracterizar a ação dos europeus e suas lógicas mercantis visando ao domínio no mundo atlântico.

Todos os textos são seguidos de atividades, para resolvê-las é necessário: Ler, refletir, interpretar e responder, completar ou assinalar com X, os exercidos pedidos.

A Expansão da América Portuguesa

Texto 1 – A Mineração no Brasil colonial

A época da mineração no período colonial abrangeu basicamente o século XVIII, com o seu apogeu entre 1750 e 1770. Nessa fase da vida econômica da colônia que se voltou quase que exclusivamente para o extrativismo mineral, as principais regiões auríferas foram Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Anteriormente, já haviam ocorrido as explorações do ouro de lavagem, em São Paulo, Paraná e Bahia, mas, com resultados inexpressivos. A mineração dos anos setecentos foi desenvolvida a partir do ouro de aluvião, tendo como características o baixo nível técnico e o rápido esgotamento das jazidas.

No extrativismo aurífero, as formas de exploração mais comuns encontradas eram as lavras e a faiscação. A primeira representaria uma empresa em que era utilizada a mão-de-obra escrava e se aplicava uma técnica mais apurada. Já a faiscação era a extração individual, realizada principalmente por homens livres.

Texto2. Legislação, órgãos e tributos da mineração

A organização da exploração aurífera começou em 1702, quando o Estado português editou o Regimento das Terras Minerais, disciplinando a exploração aurífera estabelecida pela Carta Régia de 1602, que declarava a livre exploração, mediante o pagamento do quinto; em outras palavras, a quinta parte do que se extraía (20%) era o imposto devido à metrópole. Por esse regimento, organizava-se a distribuição das jazidas que eram divididas em datas – porções das jazidas que representavam a unidade de produção – e passadas para os exploradores mediante o sistema de sorteio, promovido pela Intendência das Minas, principal órgão de controle e de fiscalização da mineração do ouro.

No que refere a tributação, inicialmente existia o quinto, cuja cobrança era dificultada pela circulação do ouro em pó, que permitia a prática cotidiana do contrabando; como exemplo, o ouro era contrabandeado na carapinha dos escravos ou nos famosos santos de pau oco.

Com o intuito de efetivar sua cobrança e evitar o contrabando, em 1720, foram criadas as Casas de Fundição – que só vieram a funcionar em 1725, em Vila Rica – com a finalidade de transformar o ouro em barras timbradas e quintadas. Em 1730, o quinto foi reduzido para 12% e, em 1735, foi criado um novo imposto, a capitação, onde se cobrava 17 gramas por escravo em atividade na mineração.

Em 1750, época do apogeu do ouro, foi instituído o quinto por estimativa, conhecido como finta, ou seja, a fixação de uma cota fixa de 100 arrobas que incidia sobre toda a região aurífera. A partir daí, já com o prenúncio da decadência da mineração, essa cota não era alcançada, gerando-se o déficit que se avolumava a cada ano.

Com isso, em 1765, foi instituída a derrama, forma arbitrária de cobrança do quinto atrasado, que deveria ser pago por toda a população da região, inclusive com bens pessoais. E esse quadro, marcado pela extorsiva tributação, aumentou o descontentamento contra os abusos da metrópole.

Texto 3. A exploração dos diamantes

Por volta de 1729, Bernardo da Fonseca Lobo descobriu as primeiras jazidas diamantíferas no arraial do Tijuco ou Serro Frio, hoje Diamantina. Teve início, assim, a exploração dos diamantes, que, como a do ouro, também era considerada um monopólio régio.

Em 1733, foi criado o Distrito Diamantino, única área demarcada em que se podia explorar legalmente as jazidas. A exploração era livre, mediante o pagamento do quinto e da capitação sobre o trabalhador escravo. Em 1739, a livre extração cedeu lugar ao sistema de contrato, que deu origem aos ricos contratadores, como João Fernandes, estreitamente ligado à figura de Xica da Silva.

Diante das irregularidades e do desvio dos impostos, além do alto valor que alcançavam as pedras na Europa, em 1771, foi decretada a régia extração, que contava com o trabalho de escravos alugados pela coroa.

Posteriormente, com nova liberação da exploração, foi criado o Livro de Capa Verde, contendo o registro dos exploradores, e o Regimento dos Diamantes, procurando disciplinar a extração. Contudo, o monopólio estatal sobre os diamantes vigorou até 1832.

Texto. 4 As consequências da mineração

A mineração foi responsável por importantes consequências que se refletiram sobre a vida econômica, social, política e administrativa da colônia. De saída, provocou uma grande migração portuguesa para a região das Gerais. Segundo alguns autores, no século XVIII, aproximadamente 800.000 portugueses transferiram-se para a colônia, o que corresponderia a 40% da população da metrópole.

No Brasil, paralelamente a isto, ocorreu um deslocamento do eixo econômico e demo gráfico do litoral para a região Centro-Leste, acompanhado da intensificação do tráfico negreiro e do remanejamento do contingente interno de escravos. Com isso, a colônia conheceu uma verdadeira explosão populacional, ultrapassando com folga a casa de um milhão de habitantes, no século XVIII.

O entorno da região mineradora, compreendendo o eixo Minas-Rio de Janeiro, passou a ser o novo centro de gravidade econômica, social e política da colônia; em 1763, um decreto do marquês de Pombal transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro.

Geradora de novas necessidades, a mineração condicionou um maior desenvolvimento do comércio, associado ao fenômeno da urbanização. Desenvolveu-se o mercado interno, possibilitando a dinamização de todos os quadrantes da colônia, que se organizaram para abastecer a região do ouro.

A vida urbana e o próprio caráter da exploração aurífera geraram uma sociedade mais aberta e heterogênea, convivendo lado a lado o trabalho livre e o trabalho escravo, embora este fosse predominante. Como consequência, a concentração de renda foi menor, enriquecendo, principalmente, os setores ligados ao abastecimento.

Finalmente, a "corrida do ouro" promoveu a penetração e o povoamento do interior do Brasil, anulando em definitivo a velha demarcação de Tordesilhas.

Texto 5. Uma cultura mineira

Todo o conjunto de consequências, anteriormente citadas, refletiu-se na vida cultural e intelectual da mineração, marcada por um notável desenvolvimento artístico.

Na literatura, destacaram-se os poetas intimamente relacionados ao Arcadismo. Na arquitetura e na escultura, emergiram as figuras de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e mestre Valentim, nomes importantes do barroco mineiro.

Na música, além da disseminação de uma música popular – modinhas e lundus – sobressaíram-se os grandes mestres da música sacra – barroca, com as missas e réquiens de Joaquim Emérico Lobo de Mesquita e do padre José Maurício Nunes Garcia.

Nesse contexto, a influência europeia, com os novos princípios liberais disseminados pela Enciclopédia, alimentaria o primeiro movimento de caráter emancipacionista: a Inconfidência Mineira.

Atividades

1. Com a descoberta das minas de metais e pedras preciosas nos séculos XVII e XVIII, muitos colonos aventureiros de outras capitanias do Brasil dirigiram-se à Capitania de São Paulo, onde, à época, encontravam-se centros da mineração. A relação entre mineradores paulistas e aqueles que lá chegavam passou a ficar tensa na primeira década do século XVIII, fato que deu origem a um confronto sangrento conhecido como:

a) Guerra dos Emboabas
b) Guerra de Canudos
c) Revolta do Contestado
d) Guerra dos Tropeiros
e) Guerra do Distrito Diamantino

2. No século XVIII a produção do ouro provocou muitas transformações na colônia. Entre elas podemos destacar:

a) a urbanização da Amazônia, o início da produção do tabaco, a introdução do trabalho livre com os imigrantes.
b) a introdução do tráfico africano, a integração do índio, a desarticulação das relações com a Inglaterra.
c) a industrialização de São Paulo, a produção de café no Vale do Paraíba, a expansão da criação de ovinos em Minas Gerais.
d) a preservação da população indígena, a decadência da produção algodoeira, a introdução de operários europeus.
e) o aumento da produção de alimentos, a integração de novas áreas por meio da pecuária e do comércio, a mudança do eixo econômico para o Sul.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Ana Claudia. Araribá mais História. 7º Ano. 1ª Edição. Editora Moderna. São Paulo, 2020.
ORDONEZ, Marlene, Caderno do Futuro – A Evolução do Futuro, História: 7° ano. 3. Edição. Editora IBEP. São Paulo,2013.
https://www.educamaisbrasil.com.br/
https://www.todamateria.com.br/engenho-de-acucar-no-brasil-colonia
https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/jesuitas.htm